

1

Introdução

A família pode ser considerada o primeiro e mais fundamental contexto de socialização dos indivíduos, consistindo em uma importante fonte de apoio, afeto e proteção no processo de desenvolvimento humano. É no ambiente familiar que acontecem as experiências relacionais mais elementares, tendo como cenário as expectativas, crenças, valores e metas que o compõem (Bem e Wagner, 2006; Wagner, Tronco, Gonçalves e Demarchi, 2012). A família possui, portanto, um papel essencial na formação e desenvolvimento de seus integrantes, ao mesmo tempo em que está sob influência do contexto histórico e social do qual faz parte.

Ao longo do tempo, diversas transformações ocorreram na família na sociedade ocidental. As funções de socialização e cuidado de seus membros ganham destaque a partir do século XVIII, com a Revolução Industrial e a ascensão da burguesia, quando a família se afasta da vivência comunitária e se volta para a intimidade do lar. Tem origem a configuração nuclear, composta pelo casal e seus filhos, que se tornou predominante durante toda a modernidade até a segunda metade do século XX (Ariés 1978; Lash 1977). Neste momento, o ocidente viveu profundas transformações na direção de uma ideologia igualitária, dentre elas o declínio do poder patriarcal e a emancipação das mulheres, defendida pelo movimento feminista, que exerceram uma forte influência nas relações familiares (Araújo, 2010).

Observa-se a partir dos anos 60 o crescimento do número de famílias monoparentais, famílias formadas a partir de recasamentos, famílias homoparentais, dentre outros arranjos. O surgimento de novas configurações familiares, não mais definidas apenas a partir de laços de consanguinidade e parentesco, torna mais complexa a tarefa de definir quem faz parte de cada grupo familiar. Além disso, na atualidade, os papéis parentais tornam-se cada vez mais indiferenciados, na medida em que homens e mulheres participam do sustento

financeiro da casa e também dos cuidados e da criação dos filhos (Wagner e Levandowsky, 2008, Lyra, Lima, Targino, Crisóstomo e Santos, 2010; Palkovitz, Fagan e Hull, 2014).

Sob a influência de uma ideologia igualitária, homens, mulheres e crianças não são mais percebidos como intrinsecamente diferentes e buscam se relacionar a partir do respeito às diferenças individuais de cada um (Figueira, 1986). Neste cenário, a educação dos filhos é um aspecto da dinâmica familiar que sofre profundas transformações. Segundo Sarti (2002), todas as questões envolvendo direitos e deveres familiares deixam de estar preestabelecidas e passam a ser solucionadas a partir de constantes negociações entre os membros da família. Os papéis parentais, antes discriminados com base nas diferenças de gênero, e as obrigações entre pais e filhos, que até esse momento se baseavam em uma divisão hierárquica de poder, agora se estabelecem de forma singular em cada família. As decisões e as regras familiares são, segundo esse modelo, construídas de forma mais democrática, visando a uma maior divisão de poder e tarefas entre o casal (Araújo, 2010). Dessa forma, as diferenças de pensamento existentes entre os pais tornam-se mais explícitas na partilha de tarefas e na tomada de decisões relacionadas à criação dos filhos (Wagner, 2003).

Estas diferenças estão presentes desde a constituição do casal, uma vez que cada um traz consigo experiências e valores distintos, oriundos de suas vivências anteriores. A conjugalidade impõe a constituição de uma identidade compartilhada, na qual os modelos parentais das famílias de origem de cada um articulam-se na construção de um projeto conjugal comum, tal como na formação do novo casal parental (Magalhães, 2009). Há a necessidade de um trabalho de modificação e reorganização interna, que possibilite a criação deste mundo compartilhado. Da mesma forma, tornar-se pai/mãe requer um confronto com a alteridade, colocando em ação um processo de mudanças psíquicas complexas. A construção da parentalidade também se dá por meio das trocas intersubjetivas, assim como a conjugalidade. Ao decidirem formar uma família com filhos, a realidade de ambos os parceiros é modificada e a colaboração passa a ocupar um lugar central em suas vidas.

Se, nas gerações anteriores, esta parceria se dava de forma estruturada e com papéis mais claramente definidos, na atualidade estes referenciais já não estão mais

tão presentes. Mesmo que uma divisão igualitária não seja uma realidade na maioria das famílias e ainda haja predominância das mulheres nas tarefas ligadas aos filhos, a participação dos homens nos assuntos relacionados às crianças é cada vez mais comum. Da mesma forma, as mulheres estão mais presentes no mercado de trabalho e torna-se cada vez mais frequente a sua participação nas despesas domésticas e na tomada de decisões sobre a família (Rocha-Coutinho, 2011; Jablonski, 2010). Assim, o trabalho de negociar tarefas e papéis e discutir sobre quais valores serão passados aos filhos torna-se mais um aspecto necessário na construção da parentalidade do casal nesse cenário contemporâneo.

O conceito de coparentalidade, segundo os principais autores sobre o tema, refere-se à articulação dos papéis parentais em torno dos cuidados globais de uma criança, quando dois ou mais adultos assumem a responsabilidade pelo bem-estar e educação da mesma. A coparentalidade abrange a divisão da liderança parental e o envolvimento conjunto na tomada de decisões sobre a vida da criança, pressupondo o apoio e o comprometimento de todos os adultos envolvidos no exercício da parentalidade, ainda que estes assumam papéis diferentes nesta relação. A dimensão coparental constitui um subsistema autônomo em relação aos subsistemas conjugal e parental. Ao mesmo tempo, evidencia a articulação entre estes dois subsistemas, e tem sido conceitualizada como um dos elementos essenciais para a saúde emocional da família, bem como fator influente na trajetória satisfatória do desenvolvimento infantil (Belsky, Crnic e Gable, 1995; Margolin, et. al., 2001; Van Egeren e Hawkins, 2004; Frizzo, et al., 2005; Grzybowski e Wagner, 2010; Lamela, et al., 2010; McHale e Lindahl, 2011; Palkovitz et al. 2014).

O estudo da coparentalidade tem grande importância na ampliação da compreensão a respeito das interações familiares (Feinberg, 2003; Van Egeren e Hawkins 2004; Frizzo, Kreutz, Schmidt, Piccinini e Bosa, 2005; Lamela et. al., 2010; Palkovitz et al., 2014). Ressalta-se que a qualidade da coparentalidade possui uma importância para o funcionamento da criança que vai além da relação conjugal e parental. A falta de apoio na relação coparental, segundo os autores, pode refletir em interações problemáticas dos filhos com crianças da mesma idade, sugerindo que estes aprendem com os pais como se relacionar com outras pessoas e como lidar com as situações de conflito e negociação. Diversos estudos já foram realizados sobre o exercício da coparentalidade em situações de divórcio (Maccoby,

Depner, e Mnookin, 1990; Feinberg, 2003; Grzybowski e Wagner, 2010; Dush, Kotila e Schoppe-Sullivan, 2011; Lamela, Figueiredo e Bastos, 2013), porém essa dimensão constitui-se um desafio também importante para os pais que se mantêm casados.

Buscou-se no presente estudo desenvolver uma investigação sobre como os pais que se mantêm casados vivenciam a coparentalidade nos dias atuais. Procurou-se compreender como se dá a transmissão conjunta de valores e princípios educacionais na família, como é feita a divisão das tarefas parentais e como os pais lidam com as opiniões divergentes do parceiro nas questões relacionadas aos filhos. Acredita-se que uma investigação sobre o modo como os casais partilham a tarefa de educar seus filhos e sobre os diversos aspectos que compõem a coparentalidade, pode contribuir para uma maior compreensão das relações e dos papéis familiares na atualidade, podendo auxiliar também no trabalho clínico com famílias.

No capítulo dois apresentam-se as principais transformações sofridas pela família desde a Idade Média até a contemporaneidade com um recorte específico nas mudanças ocorridas nas relações entre seus membros durante esse percurso e como estas influenciaram o desenvolvimento da ideia de coparentalidade tal como conhecemos nos dias de hoje. No capítulo três discutem-se os principais pressupostos da teoria estrutural dos sistemas familiares de Minuchin (1982) a partir dos quais o conceito de coparentalidade foi posteriormente desenvolvido, assim como as proximidades e diferenças entre as dimensões conjugal, parental e coparental do relacionamento familiar. Em seguida, são apresentados os principais estudos e modelos teóricos desenvolvidos sobre a coparentalidade, destacando-se os aspectos mais importantes desse conceito. O quarto capítulo traz a apresentação do estudo de campo realizado com homens e mulheres casados sobre a percepção de cada um a respeito da constituição da dimensão coparental em sua família. Por fim, são expostas as considerações finais deste estudo.